

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TATIANA WECKEVERTH FURQUIM

ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA (ENGA): DOS
PRIMÓRDIOS À CONTEMPORANEIDADE

MATINHOS
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TATIANA WECKEVERTH FURQUIM

ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA (ENGA): DOS
PRIMÓRDIOS À CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Gestão Ambiental, Curso de Gestão
Ambiental, do Setor Litoral da
Universidade Federal do Paraná

Prof. Orientador: Dr. Valdo José Cavallet

MATINHOS
2014

A opção de viver é uma opção política.
Não queremos um mundo no qual a garantia de não
morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio.

Raoul Vaneigem

Sejamos realistas
exijamos o impossível!
Paris, Maio de 1968

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória acadêmica, e já nos primeiros anos da graduação, entrei em contato com a questão agrária e pude identificar a crucialidade de sua apreensão para compreendermos a conjuntura sociopolítica e econômica brasileira. Concomitantemente, tomava consciência sobre a proposta societária Agroecológica que questiona o paradigma da Modernização, a qual impõe o modelo capitalista para a agricultura e o meio rural, e a partir de uma visão holística e multidimensional e perspectivas participativas, autonomistas e plurais intenciona construir conjuntamente alternativas adequadas às especificidades de cada realidade e comunidade. Alguns dos espaços que mais contribuíram para minha aprendizagem e aproximação com o Movimento Agroecológico foram eventos como o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA). Acompanho os ENGAs, bem como debates e articulações da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA Brasil, que é um organismo originado a partir deste encontro), desde o seu primeiro encontro no ano de 2009 e deles posso notar a importante função formativa que obtive, tanto pessoal como profissional.

Vislumbrei nos espaços de **encontro** do Movimento Agroecológico, em particular nos propiciados pela REGA Brasil e seus eventos, incubadoras que suscitam reflexões, mudanças e questionamentos radicais acerca de concepções socioculturais e políticas e desconstrução de metodologias e abordagens teórico-práticas técnico-científicas, éticas e relacionais, um laboratório microssocial efervescente que oportuniza testarmos outras formas de organização social.

O ENGA é um marco e constitui mais uma etapa na construção do Movimento Agroecológico nacional, enquanto encontro e fórum que visa propiciar a convergência e a articulação entre pessoas e grupos que atuam com e pela Agroecologia, em especial no âmbito acadêmico. Ao notar a carência de materiais que elucidam e sistematizam sua trajetória, tal como falta de materiais que sistematizam o Movimento Agroecológico em âmbito acadêmico, tive a ideia de elaborar este trabalho intencionando demonstrar a concatenação histórica que compõe o Movimento Agroecológico nacional, em especial buscando elucidar o conteúdo crítico e político envolvido em seu engajamento. Esta preocupação se fez mister em particular por ter observado a falta de conhecimento sobre seu

histórico e a carência de formação crítica e política em alguns meios e setores que atuam em nome da Agroecologia.

Apesar de compreender a importância da consciência crítica e da organização e atuação política em sociedade, nunca me identifiquei com a abordagem das tradicionais organizações políticas – ainda que interagisse e reconhecesse a importância e a contribuição de muitas delas – reparando que, apesar de se dizerem porta vozes “do novo”, “da mudança”, “da revolução”, “da nova consciência”, “da transformação”, etc., muitas delas acabam por centrar sua preocupação com mudanças macroestruturais ou restringir-se à meramente teóricas e retóricas ou em dimensões como a econômica. Observo que muitas delas não consideram aspectos microestruturais os quais, afinal, em sua soma e integralidade compõem a macroestrutura; sendo assim, acho importante atentarmos para ambos os aspectos, macro e micro, simultaneamente. Com relação a esse tema, é importante atentarmos para questões como, por exemplo, a necessidade da compreensão das subjetividades, em toda sua complexidade e profundidade, para que então possamos cogitar processos de desconstrução e de reinserção de individualidades sentido à uma resignificação e recomposição de coletividades e macroestruturas. Outro tema recorrentemente menosprezado e invisibilizado pela ortodoxia política são os processos *cotidianos* – sejam eles no ordenamento procedimental, relacional, psicológico, afetivo, cultural, ético, infraestrutural; noto que descasos como estes acabam por propiciar a perpetuação de ações que se estão a contestar. Sempre notei como historicamente o *modus operandi* utilizado para uma, suposta, transformação de uma dada realidade acabaram por se alinhar à ideologia e aos ditames socioculturais, econômicos e políticos vigentes, conseqüentemente continuando a reproduzir, reafirmar e até reforçar o status quo. Neste sentido, enfatizo a importância de atentarmos aos processos em si mesmos, para que possamos atingir uma determinada finalidade, com uma citação de Rodríguez Bustos (2008):

“Pode ser que em nossa sociedade, e em qualquer desenho artificial, o fim justifique a utilização de qualquer meio (a espada ou a mentira); mas na vida há uma determinada concatenação ou adequação entre uns processos e os processos subsequentes. Não é uma questão ética, é que **na vida o meio e o fim são um mesmo processo**, e se mudam os meios, se muda o curso do processo e se chega a um resultado diferente. Isto é sempre assim nos

fenômenos materiais – não ideais ou inventados – da natureza.” (p. 215, tradução nossa)

O amplo Movimento Agroecológico nacional que ora se apresenta é oriundo de um acúmulo de décadas de construção conjunta, originado nos Movimentos de Agricultura Alternativa precedentes que, em contexto acadêmico, foram propulsionados em grande medida por estudantes e alguns docentes da área das ciências agrárias que trouxeram à tona reflexões e posições críticas ao modelo industrializador capitalista imposto para o campo. Estudantes e coletivos organizados, dedicados ao estudo e à pesquisa de opções para o campo, vêm há décadas fomentando e protagonizando o debate, a resistência e a edificação da Agroecologia de forma autônoma em diversas instituições de ensino superior. O ENGA surge a partir da proposição de estudantes inseridos em executivas de curso, diretórios acadêmicos e Grupos de Agroecologia (GAs)¹ que percebiam a necessidade da constituição de um espaço que possibilitasse a integração e o intercâmbio entre pessoas, coletivos, movimentos sociais e outras organizações e atores, e propiciasse a formação de uma rede articulatória e de apoio-mútuo entre os mesmos.

No presente trabalho inicialmente será abordada a questão da Modernização Agrícola e os efeitos catastróficos de suas políticas de desenvolvimento econômico, dilapidadoras dos recursos naturais e geradoras das crises socioambientais e ecológicas que assolam o meio rural. Tais crises, a partir da década de 1970, engendraram reflexões, debates, contestações e a constituição de um contramovimento socialmente organizado de agricultura alternativa, crítico com relação às políticas de Modernização Agrícola e da Revolução Verde, as quais tiveram um papel determinante no condicionamento curricular e programático dos cursos universitários, e conseqüentemente em suas metodologias e enfoques no ensino, na pesquisa e na extensão no sentido de induzirem à formação de profissionais que difundissem

1 Organizações autônomas dedicadas ao estudo, extensão, pesquisa e práticas agroecológicas que há muitos anos são criadas nas universidades brasileiras, formadas predominantemente por estudantes. Estes coletivos surgem como resistência e contraponto aos ditames da Modernização e da ortodoxia educacional reinantes na academia, com a intenção de proporcionar alternativas de estudo aos universitários que não se sentiam contemplados pela matriz curricular oficial. Dentre os fatores coincidentes entre estes grupos está o fato de historicamente, em sua maioria, terem se originado nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor quantidade na Biologia, frequentemente vinculadas a Centros Acadêmicos. Com o devir histórico, a progressão e o amadurecimento dos conceitos e do paradigma Agroecológico, as características destes grupos vem se ampliando e diversificando, passando a abarcar pessoas e grupos não só das ciências agrárias ou universitários, mas de uma pluralidade de origens, de cursos e áreas do conhecimento, correntes ideológicas, eixos temáticos, etc.

tais ditames. Percebendo a carência de espaços para o estudo e a pesquisa de perspectivas alternativas a esse modelo convencional de (des)envolvimento rural, estudantes que enxergavam a contradição desses modelos passaram a se organizar e criar grupos de estudo e práticas de agricultura alternativa e fomentar debates diversificados, em contraponto à *monocultura* de saberes preponderante nas universidades. Será abarcada a efervescência da década de 1980, que contou com a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), os quais inspiraram a profusão de diversas organizações dedicadas às temáticas vinculadas à agricultura alternativa/agricultura ecológica/agroecologia, e discorrido sobre a sucessão de fatos até a culminância no I ENGA.

Por meio da pesquisa, do levantamento bibliográfico e documental e a partir da sistematização destes materiais, pretendo trazer à compreensão o encadeamento histórico e os fatores relacionados ao surgimento e o desenvolvimento do Movimento de Agricultura Alternativa e sua evolução até o contemporâneo Movimento Agroecológico, com ênfase no setor acadêmico que é o meio de origem, atuação e/ou vinculação dos grupos que majoritariamente têm frequentado os ENGAs e integrado a REGA Brasil. Tendo consciência acerca desse histórico almeja-se localizar historicamente a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil enquanto derivante destes processos, dinâmicas, movimentos e contribuições pretéritas, intencionando contribuir na qualificação das análises conjunturais, debates e da atuação, situando-a no processo de edificação e de consolidação da Agroecologia em consonância com outros agentes e organizações, salientando a importância da composição de organismos sinérgicos e articulados em rede para a consolidação do Movimento Agroecológico nacional.

Objetivo Geral

Contribuir com a compreensão sobre os processos que precederam a realização do I Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia, tendo como subsídio o panorama histórico do Movimento Agroecológico.

Objetivos Específicos

- Contextualizar as condicionantes político-econômicas hegemônicas que se impuseram para o campo brasileiro e que foram determinantes para o posterior surgimento dos movimentos contestatórios no âmbito da agricultura;
- Situar historicamente o Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia e a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil;
- Oferecer subsídios críticos para analisarmos a questão da função social do Ensino Superior e da formação profissional;
- Relatar o acúmulo histórico do Movimento Agroecológico, com ênfase no âmbito universitário;
- Compreender a importância dos Grupos de Agroecologia para a formação pessoal e profissional, bem como para a construção e consolidação da Agroecologia no âmbito do ensino superior;
- Propiciar subsídios para a reflexão e para a qualificação na atuação, tanto na esfera local de abrangência dos Grupos de Agroecologia, como regional e nacional da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E O (DES)ENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura convencional e o Paradigma Moderno têm causado vertiginosas e profundas transformações no meio rural e acirrado conflitos socioambientais e efeitos deletérios sobre os ecossistemas, principalmente ao longo dos últimos 50 anos.

O tão mencionado paradigma de desenvolvimento *Moderno* para a agricultura carrega um alto teor ideológico. O conceito de *Modernidade* pode ser localizado no tempo e no espaço, sendo tributário do pensamento Iluminista de acordo com o qual o tempo histórico e a História da sociedade são medidos e abrangidos de forma linear, começando na época Antiga, percorrendo o Medievo e descambando no período Moderno. A partir desta perspectiva “*etapista*” acerca da compreensão sobre o desenvolvimento social, se caminharia desde formatos societários mais simples e indiferenciados a formatos mais complexos e diferenciados, entendendo-se a *Modernização* como *progresso*. Outra importante noção acerca da Modernidade é situá-la no mundo Ocidental e no marco das transformações ocorridas desde o século 18, auge da preponderância da lógica urbano-industrial de ordenamento da sociedade e da ideologia cientificista. Outra instituição chave é o capitalismo burguês, o qual ordena *racionalmente* a economia, é vigorosamente industrialista, mundializado e fundamentado na fabricação de mercadorias, assim como na drástica divisão entre possuidores e despossuídos – entre os detentores e não detentores dos meios de produção. O capitalismo chegou a tomar parte no arranjo e rearranjo institucional dos Estados-nações restantes por meio de um procedimento que também se costumou denominar Modernização (ALMEIDA, 2011).

A Modernização da agricultura é vinculada ao modelo de desenvolvimento produtivista e ao pacote tecnológico da Revolução Verde, que foi amplamente propalado depois da II Guerra Mundial (HESPANHOL, 2008). A agricultura convencional ou capitalista é derivada da grande indústria petroquímica e mecânica do pós-guerra que, findada a guerra e vendo-se sem perspectivas de mercado, converteu seu parque industrial visando o reaproveitamento destes recursos produtivos que antes eram direcionados à produção bélica, direcionando-os para a produção moto mecânica (tratores) e química (agrotóxicos) para a agricultura e para os potenciais mercados consumidores “terceiro-mundistas” (FAEAB; FEAB, 1987). Como mencionou Romeu Padilha de Figueiredo “Era preciso converter rapidamente esses volumes

de recursos produtivos à atividade não bélica (não diria pacífica, apenas não bélica)” (FAEAB; FEAB, 1987).

Um período clímax, potencializador do processo de Modernização agrícola, foi a política da Revolução Verde, fomentada a partir da década de 1960 no meio rural latino-americano. Esta política é caracterizada pelo constante apoio dado por parte dos órgãos governamentais, amplamente pela classe agrônômica e pelas corporações produtoras de insumos, tal como pelo apoio de entidades multilaterais internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a United States Agency for International Development (USAID), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), entre outras (EHLERS, 1996). Com o intuito de incrementar a produtividade na agricultura brasileira e superar uma suposta estagnação e *atraso* no meio rural, interfere-se em suas dinâmicas organizativas e em sua estrutura tecnológica. Para atingir esse fim, a política da Revolução Verde preconiza a sobreposição dos costumes e saberes agrícolas locais, autossuficientes e autônomos, por meio da formação de um sistema público de fomento induzidas pelas diretrizes Modernizantes: uso de um pacote tecnológico baseado na intensa utilização e na *dependência* de insumos industriais químicos, na motomecanização, na irrigação e no uso de espécies de alto rendimento dotadas de hibridação ou modificação genética. Este modelo condiciona a dinâmica agrícola à macroeconomia e à produção commodities direcionando-a para a exportação e à integração ao mercado globalizado, sendo este molde fomentado por meio da concessão de créditos rurais subsidiados que foram demasiadamente seletivos, restritos a médios e grandes produtores que detinham a caução requisitada pelo sistema financeiro. Completando o ciclo, estes mesmos créditos se destinarão à compra dos insumos do pacote tecnológico da Revolução Verde (ALMEIDA, 2011).

Este padrão de desenvolvimento para o campo, baseado nos pressupostos da Revolução Verde, acentuou problemas ambientais e sociais, aumentando desigualdades e injustiças sociais. Condiciona o agricultor a se transformar em um empresário agrícola (competitivo e individualista), que abandona as concepções tradicionais de organização social, coletivas e solidárias; induz a uma homogeneização dos agroecossistemas devido ao cultivo das monoculturas demandadas comercialmente que visam suprir a grande escala demandada pelo mercado internacional; amplia a concentração fundiária, a discrepância de

renda e o êxodo rural, levando a uma piora generalizada na qualidade de vida dos trabalhadores do campo, tudo isso se relacionando com o fato de manterem-se as tradicionais estruturas latifundiárias no campo (ALMEIDA, 2011). Por estas razões, tal processo costuma ser denominado *Modernização conservadora*, expressão utilizada por alguns autores para definir este padrão de “desenvolvimento” Modernizante, que acarretou em nefastas consequências para o campo, algumas citadas por Palmeira no trabalho de Almeida (2011) “[...] a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, [...] a taxa de autoexploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo”.

As crises e os conflitos socioambientais que cada vez mais se amplificam e assolam o mundo devem à Agricultura Moderna grande parte de suas causas ou contribuições significativas: avanço das fronteiras agrícolas e destruição de áreas de mata nativa, bem como o avanço sobre os territórios e a decomposição das formas organizacionais dos povos autóctones e sociedades tradicionais, inchaço e violência nas áreas urbanas, desemprego, a poluição e a degradação dos solos, da água e dos alimentos pelos agrotóxicos, assim como sua nefasta incidência na fauna, na flora, na saúde do trabalhador rural e na população em geral, a erosão da agrobiodiversidade e biodiversidade natural – fatos estes que não restringem seus efeitos tão somente ao meio rural e sua população, mas afetam ao conjunto dos ambientes e da sociedade. Com consequências como as anteriormente citadas é que o pensamento econômico capitalista ortodoxo e hegemônico prossegue, levando em conta como parâmetro de eficiência e sucesso apenas questões quantitativas e de produtividade, ignorando as intercorrências éticas e os altos custos sociais, culturais e ambientais decorrentes deste paradigma tecnicista/tecnocrata, produtivista e macroeconômico prevalecente.

De acordo com Blanc, citado por Almeida (2009), as análises conjunturais críticas com relação aos problemas estruturais de nossa sociedade podem ser analisadas por três dimensões: sociais, ecológicas e econômicas. Neste sentido, pela abordagem ecológica temos questões relacionadas à crise ambiental, com sua contaminação, malbaratação, excesso de exploração e esgotamento dos recursos naturais; pelo viés da economia, a ampliação das disparidades entre nações e, internamente, entre grupos populacionais de

uma nação e/ou região, bem como a sempre crescente demanda por capitais e matérias-primas para importação. Pela questão da crítica social, a qual é dada especial atenção e ênfase por parte dos agentes propositores e fomentadores dos debates acerca da Agricultura Alternativa (e posteriormente da Agroecologia), cita-se a ampliação do abismo entre os setores mais abastados e os mais pobres da sociedade, tal como a perda de significância do *trabalho* acompanhada pela saturação devido a execução em demasia de ocupações costumeiras, burocráticas e alienadoras. Além disso, nos países denominados terceiro-mundistas, nota-se a deterioração dos tradicionais sistemas sociais de organização seguido pela constituição de uma sociedade evidentemente ambígua e instável.

Como contraponto a estas problemáticas começam a surgir movimentos alternativos. Incipientes no Brasil a partir dos anos 70, o Movimento de Agricultura Alternativa organizado traz à tona uma série de ponderações críticas acerca do paradigma da agricultura capitalista. A partir dos anos de 1960 e 70 nos “países desenvolvidos” surgem críticas aos saldos ambientais negativos derivados da produção agrícola intensiva. Estas críticas adquirem magnitude e reverberação em outros países a partir dos anos de 1980.

O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E SEUS PRECEDENTES

O contemporâneo Movimento de Agroecologia é tributário do acúmulo histórico forjado pelo Movimento de Agricultura Alternativa que o precedeu, o qual pautava uma ampla transformação paradigmática no que tange ao desenvolvimento rural e às práticas agrícolas, se contrapondo ao modelo da agricultura industrial (agricultura convencional). A agricultura alternativa inclusive, de acordo com Horácio Martins de Carvalho “deve ser entendida não só como uma concepção de modo de produção na agricultura, mas do modo de produção em geral” (FAEAB; FEAB, 1987).

A princípio a Agricultura Alternativa abarcava diversas vertentes e modelos de agricultura e concepções contra-hegemônicas e contestatórias com relação a aspectos no plano político, filosófico e até esotérico, assim como posições críticas com relação à transposição dos ideários e técnicas da industrialização capitalista para a agricultura e para o desenvolvimento rural, e críticas aos padrões de organização da produção e do consumo vinculados aos mesmos. Estas vertentes de agricultura não-convencional surgem antes da Revolução Verde, já entre as primeiras décadas do século 20, com conceitos acerca da agricultura que se contrapõem aos processos de Modernização que vinham tomando corpo — particularmente com as descobertas na área da química agrícola, ainda no século XIX, que trouxeram vigor ao processo de expansão e apropriação industrial sobre o trabalho rural e a agricultura (BRANDENBURG, 2002).

Dentre os sistemas filosóficos pioneiros da Agricultura Alternativa temos quatro principais tendências as quais: a agricultura biodinâmica de Rudolf Steiner na Alemanha, a agricultura orgânica com os fundamentos elaborados pelo inglês Sir Albert Howard e disseminados por Jerome Irving Rodale nos Estados Unidos, a agricultura biológica bastante divulgada na França e baseada nas ideias de Hans Peter Müller, bem como a agricultura natural com influências no ideário de Mokiti Okada, tendências estas surgidas entre as décadas de 1920 e 1930. Além destas, existem outras denominações que são variações das recém-citadas ou que possuem utilização limitada (EHLERS, 1996; JESUS, 1996). Neste período, apesar de no Brasil não se apresentarem registros de movimentos organizados parecidos, podiam ser encontradas modos de vida e práticas camponesas tradicionais e autóctones que continham os princípios do que hoje entendemos por agricultura ecológica e

Agroecologia (BRANDENBURG, 2002).

No Brasil, em um cenário de política rural exclusivista e despojador é que irrompe o Movimento de Agricultura Alternativa, protagonizado por agrupamentos politicamente empenhados e que lutavam por transformação e a edificação de um corpo social democrático (BRANDENBURG, 2002). Conquistou adeptos e foi propulsionado particularmente por pessoas vinculadas à área agrônômica. A gênese do Movimento de Agricultura Alternativa no Brasil caracteristicamente tem vinculação com os movimentos sociais, e organizadamente existe desde a década de 1970, intensificando-se nos anos de 1980, impulsionado pela ascensão de movimentos políticos contraculturais que emergiam em âmbito mundial que passaram a englobar em sua crítica e entre as pautas a perspectiva ecológico-ambiental (GOMES; ASSIS, 2013). Com relação a essa nova perspectiva política, assevera Jalcione (2009):

O sentido da palavra “alternativa”, que exprime “uma escolha entre duas (ou várias) vias possíveis”, começa a aparecer nos discursos em 1960, na Europa [...]. Convém lembrar que esses sentidos estavam, no início, circunscritos à economia, portanto, às alternativas econômicas. O termo somente recebeu uma conotação política a partir da eclosão do movimento estudantil, em 1968, quando foi proposta uma conjugação de contestações reunindo a ecologia, a desobediência civil e as lutas anticapitalistas e se dirigindo contra as ideias que, segundo esses grupos de contestação, negavam a natureza e pregavam um capitalismo regido por um princípio de centralidade política. Quando as ideias alternativas chegam ao Brasil, no início dos anos setenta, estão carregadas desse anticapitalismo e se exprimem através de um discurso claramente ideológico visando a quebrar o consenso segundo o qual não haveria outro tipo de política possível, outro modelo de desenvolvimento que não o capitalista. (p. 65)

De acordo com Jalcione (2009), duas correntes destacam-se no plano do pensamento ecologista emergente no final dos anos de 1960. Uma delas enfoca a atuação por uma perspectiva cultural, que inclui abordagens que primam pela tomada de consciência e pautam a crítica científica, a partir de uma atitude que abstêm-se de embates políticos. A outra corrente, julgando a insuficiência da mera tomada de consciência em si para a eficácia e perpetuação da mudança almejada, preconiza a conjugação da abordagem cultural com a ruptura e o embate político, questionando e confrontando radicalmente as bases do

ordenamento capitalista e da Ciência Moderna intentando dar cabo da injustiça social pela interrupção na rapinagem dos recursos ecológicos e pela divisão equitativa dos excedentes econômicos gerados socialmente. Neste sentido, em seu intento mais radical, cogita uma revolução ou uma profunda reforma sociocultural e econômica almejando a estabelecer uma nova sociedade.

No contexto da agricultura alternativa brasileira estas diferenças metodológicas se fizeram presentes por meio de tendências que conforme Gomes e Assis (2013), incluem:

“a - a linha radical, em que a questão prioritária era o controle das forças produtivas e a coletivização dos meios de produção; b - a linha orgânica ou ecológica (ou técnica) [...] pioneiros na discussão sobre agricultura alternativa no país, que se ocupavam da elaboração e divulgação de conhecimentos teóricos visando ao aumento da demanda por produtos sem agrotóxicos e atuando na criação de um nicho de mercado; c - a linha político-ideológica, composta pela esquerda militante [...]. Faziam parte desse grupo muitos profissionais que ocupavam cargos públicos importantes [...] influenciavam a formulação de políticas públicas e buscavam ainda atrair os estudantes ao incentivar a criação de grupos de agricultura alternativa dentro dos cursos de Agronomia com o intuito de formar quadros profissionais diferenciados [...]; d -a linha social, representada pela articulação em torno do PTA da Fase, que atuava no fortalecimento da parceria com os movimentos sociais rurais e no trabalho de identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas [...].”

Outros dois pontos de divergência relativos à agricultura alternativa, e que até hoje geram choques de opiniões, relacionam-se, por um viés, à opiniões de acordo com as quais as mudanças sociais precederiam às de natureza técnica e, por outro viés, as mudanças técnicas poderiam acontecer simultaneamente ou mesmo ser uma ferramenta para tais transformações sociais.

Finalizando a última citação de Jalcione (2009) a respeito da ascensão do movimento ecologista: “Essa crítica deixava transparecer um ecologismo que, durante os anos oitenta, ganhou amplitude”. Tal década foi profícua para o Movimento de Agricultura Alternativa brasileiro que estava em pleno processo de desenvolvimento e que era alavancado pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), sendo subseqüentemente somados outros

movimentos sociais e ONGs como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A amplitude mencionada por Jalcione foi possível pela realização de encontros de convergência política, sendo observada a promoção de grande quantidade de eventos regionais e nacionais, dentre eles os mais notáveis foram os quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) que eram fóruns de debates acerca do movimento que se constituía (JESUS, 1996). Nestes encontros buscava-se, a partir da perspectiva da agricultura e das ruralidades, estabelecer um efervescente espaço para reflexão, análises conjunturais e abrangentes discussões críticas, com ênfase na realidade brasileira, com vistas a propor soluções e promover a articulação, a convergência organizativa e identitária entre a grande diversidade de organizações, movimentos e entidades que participavam. Os debates traziam à tona a necessidade de superarmos a vigente lógica biocida e constituirmos uma sociedade, meios de vida e de produção e formas de se relacionar mais ternas e solidárias, na qual se dissipem toda forma de opressão, exploração e dominação, sejam elas executadas sobre a natureza e outras formas de vida ou sejam elas de um ser humano sobre outro ser humano (FAEAB; FEAB, 1987). Estes eventos oportunizaram que várias organizações surgissem e, por sua abundante quantidade, bem como ampla e intensa participação, fez-se mister a composição de uma organização para a promoção de uma articulação nacional destas entidades e atores sociais emergentes, formando-se então o Fórum de Coordenação dos Movimentos de Agricultura Alternativa no III EBAA de Cuiabá em 1987.

Estes espaços, fóruns e articulações se inserem em um amplo processo nacional de abertura política dos anos pós-governos militares. Por meio deles se passam a englobar, além da clássica questão da reforma agrária, assuntos relacionados ao meio ambiente e à Modernização da agricultura, bem como demandas por democracia, pelo acesso e a ampliação dos direitos civis e políticos, a autonomia sindical e a assistência social. Almejava-se debelar situações críticas vivenciadas na questão agrária, como a exploração dos trabalhadores rurais subjugados às conveniências mercantis, apoiar agrupamentos compostos por mulheres e pela juventude rural, alavancar alternativas produtivas, entre outras temáticas que tiveram vital relevância no ambiente político entre os anos de 1980 e 1990 (ALMEIDA, 2009).

Ao final do período dos anos 1980, ciclo marcado pelas discussões relacionadas à agricultura alternativa e ao pioneirismo dos EBAA's, houveram dificuldades na perenização e consolidação dos grandes encontros nacionais devido a divergências metodológicas e ideológicas e uma série de dificuldades políticas, como a retomada conservadora da FAEAB e suas associações estaduais em virtude de investimentos oriundos de multinacionais (GOMES; ASSIS, 2013). Ao invés dos grandes encontros nacionais, passou-se a adotar a estratégia da realização de encontros menores e mais locais, os Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAAs) (VON WAGNER FAGUNDES; ANTONINO FARGNOLI, 2011). Estas dificuldades no plano político, observadas no Movimento de Agricultura Alternativa, já demonstravam indícios da tendência geral que se manifestaria no âmbito dos movimentos sociais na década seguinte, em razão da ascensão neoliberal e da marginalização dos movimentos sociais por parte dos governos neste período. Na década de 1990 a sociedade civil passou a ser representada via institucionalização junto à ONGs que passaram a integrar a formulação de políticas públicas, inclusive as relacionadas à agricultura (GOMES; ASSIS, 2013).

De acordo com Jesus (1996), a genérica expressão agricultura alternativa era utilizada na carência de definições mais exatas, sendo que não caracterizava um padrão ou corpo técnico determinado, mas um conjunto de movimentos alternativos. Horácio Martins de Carvalho, menciona que o termo era utilizado como classificação provisória e correspondia às distintas orientações do Movimento de Agricultura Alternativa. Estas diferentes perspectivas caracterizavam-se por opor-se à ordem estabelecida, bem como por apontar possibilidades e referências outras para a agricultura (FAEAB; FEAB, 1987). Foram iniciados debates acerca de novas identidades, de forma que se pudessem atingir conceitos e direções comuns sendo que, ao final da década de 1980 e início da década 1990, com a progressiva afinação e aquisição de maior consistência conceitual, o termo Agroecologia começa a ser aplicado no Brasil a partir dos trabalhos de Altieri (1989), Gliessmann (1990) e Carrol (1990). Neste sentido, o termo Agroecologia manifesta concepções relacionadas a categorias mais à esquerda, vinculados a movimentos sociais populares demandantes e comprometidos com transformações eco-sociais, ao passo que, os outros termos que surgem contemporaneamente, quais sejam, *Agricultura Sustentável* e *Sustentabilidade*, se remetem a interpretações volúveis e facilmente adequáveis aos interesses que estiverem em

questão. Neste sentido, alusões à sustentabilidade são correntemente utilizadas por organismos oficiais e multilaterais e como recurso discursivo de grandes empresas (JESUS, 2013). No contexto do movimento estudantil, a partir do ano 2000 consolidam-se os acúmulos acerca das concepções sobre as temáticas relacionadas à agricultura alternativa e a partir do ERAA Nordeste, ocorrido em Fortaleza, os eventos passam a se chamar Encontros Regionais de Agroecologia (ERA).

O Movimento de Agricultura Alternativa congrega diversos atores sociais e organizações que colaboraram em sua edificação visando a composição de uma organização política coesa de contraponto à injusta estrutura fundiária nacional a qual, pelo viés Moderno, continua a não contemplar os povos autóctones, tradicionais e a agricultura familiar camponesa, perpetuando e até acentuando a histórica marginalização e invisibilidade conferida aos mesmos. De acordo com Jesus (2013) estes agentes do Movimento de Agricultura Alternativa atuavam em três principais tendências, dentre as quais os *movimentos sociais de base*, vinculados à cooperativas, à sindicatos rurais, à Comissão Pastoral da Terra (CPT) etc., os quais aliados à *Organizações Não-Governamentais* (ONGs) que realizavam seu assessoramento; por um outro viés havia também o *movimento Biodinâmico* e o de *Agricultura Natural*, o primeiro com proposições fundamentadas pela Antroposofia e o segundo embasado no pensamento de M. Fukuoka e na organização da Fundação Mokiti Okada. Neste processo há que se ressaltar a importância da contribuição da sociedade civil organizada por meio das organizações não-governamentais que realizaram notável esforço na disseminação da agroecologia e que, em conjunto com os agricultores praticantes da agricultura alternativa e suas associações, constituíram-se em uma relevante força política e de pressão e contraponto às dinâmicas políticas hegemônicas e excludentes do Estado. Conforme Almeida (2009) estas organizações constituíram-se “em micro-organismos do processo democrático; [...] referências, espaços de inovação e de criação de novos processos”. Seu êxito se dá pela composição de uma abrangente rede articulatória pelos territórios abrangendo questões políticas concomitantemente a uma preocupação com as demandas locais mais imediatas (relacionadas à subsistência, à técnica e à tecnologia) dos agricultores e das comunidades envolvidas (FAEAB; FEAB, 1987; ALMEIDA, 2009).

ENSINO SUPERIOR E OS GRUPOS DE AGROECOLOGIA

Ao longo da história brasileira as funções relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão basicamente tem sido concebidas e executadas pelo Estado, e por conseguinte, a natureza deste Estado repercutirá na direção e orientação destas funções (FAEAB; FEAB, 1987). Há quase um século a mentalidade econômica e os cânones técnicos produtivistas vêm condicionando o ensino a conservar o modelo monocultor e extensivo agroexportador, fundamentado no latifúndio e que enfatiza a ampliação da produção por meio da tecnologia mecânica e química. Esta mentalidade é derivada de um decurso histórico no qual o desenvolvimento da racionalidade científica caminha em coadunação com a lógica capitalista. No período entre o fim da II Guerra Mundial e o começo dos anos de 1970, o qual apresentou relevante quantidade de inversões direcionadas a atividades produtivas e no qual a economia global demonstrou vultoso crescimento, o Estado, isento do envolvimento público e através de uma planificação centralizada, foi protagonista na ordenação e fomento a empreendimentos produtivos, importando-se fundamentalmente com questões econômicas. Neste sentido, a ciência e a tecnologia passaram a atrelar-se às demandas relacionadas aos processos produtivos de todos os setores. (HESPANHOL, 2008).

O sistema universitário estatal teve influência decisiva na validação do modelo técnico agrícola e de desenvolvimento rural condicionados às diretrizes político-econômicas da chamada Modernização conservadora e ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Por conseguinte, as entidades de ensino condicionaram os cursos ofertados e suas grades curriculares, metodologias e ênfases no ensino e na pesquisa para a formação de profissionais que se dedicassem a empregar, disseminar e amplificar as tecnologias Modernas (AGUIAR, 2010). Notadamente, se observam diferenciações nos incentivos destinados à certas disciplinas e departamentos, ampliando-se significativamente para as áreas relacionadas a química do solo, por exemplo, em oposição às áreas que estudavam processos biológicos e físicos dos solos, sendo privilegiadas as áreas que direta ou indiretamente induzissem e legitimassem o padrão agrícola industrial.

Devido a um quadro político de terceirização da pesquisa agropecuária, na qual há uma intromissão financeira por parte de entidades privadas, as instituições governamentais de pesquisa e as instituições públicas universitárias são direcionadas ao atendimento das

demandas relacionadas aos interesses especulativos da grande produção e da agricultura empresarial. Esta centralização e ampliação das atividades acadêmicas e dos fomentos públicos, privilegiando alguns setores restritos de agricultores e de agroempreendedores, relega boa parte dos agricultores do país a continuar a sofrer a histórica marginalização e invisibilidade à que sempre foram submetidos, mesmo que estes constituam a maior parte dos estabelecimentos agrícolas e representando uma significativa fatia da *Produção Agropecuária Nacional*. Esta interferência por parte da iniciativa privada e empreendimentos com direitos reservados, que com frequência financiam os projetos, acarreta em um desproporcional desenvolvimento científico com ênfase no Agronegócio e na larga escala produtiva, em detrimento da pesquisa adequada e em favor da realidade da agricultura familiar camponesa e dos povos tradicionais. Estas categorias constantemente são desconsideradas e não opinam na construção e na condução das políticas de pesquisa e ensino, em vista disso sofrendo as consequências do uso descuidado de abordagens, tecnologias e técnicas inadequadas à sua realidade. Este descompasso se manifesta devido a um senso científico emparelhado com a racionalidade capitalista – do compromisso da ciência com o capital (IAMAMOTO, 2005).

Da década de 1960 em diante a estrutura educacional brasileira sofre influência do sistema educacional e de pesquisa estadunidense, por meio das convenções Ministério da Educação e Cultura (MEC) – United States Agency for International Development (USAID), Fundação Ford, Aliança para o Progresso, Rockefeller, dentre outros, quando passa a reconfigurar suas instituições de ensino para uma adequação às condicionantes do padrão agrícola industrial, passando a receber petrechos bibliográficos e científicos, auxílios financeiros, recursos humanos e passando a incrementar a realização de intercâmbios com estabelecimentos de ensino e pesquisa norte-americanas (EHLERS, 1996). Neste período houve um relevante processo no qual eminentes pesquisadores provenientes de importantes estabelecimentos de ensino do país foram convidados a fazer pós-graduação e migraram para os Estados Unidos e lá concluíram seus mestrados, sendo então convencidos dos supostos benefícios da doutrina Moderna e da Revolução Verde (FEAB, 1986; FAEAB; FEAB, 1987).

Por um viés tecnocrata, nota-se um processo de tecnicização do ensino superior caracterizado por uma especialização exacerbada, que induz à análises deficientes ou

carentes de visão de totalidade (perda da visão do conjunto), restritas à especialidade, acarretando em reducionismos, percepções pontuais e fracionadas da realidade; marcado pela compartimentação do conhecimento, voltado para a formação de um profissional destinado tão somente ao “treinamento e adestramento para o mercado de trabalho”, como menciona Almeida Aguiar (2010), e de pessoas para se enquadrarem à padrões e metas coniventes com o sistema sociopolítico e com as demandas econômicas preponderantes. Ainda conforme Aguiar, o trabalho é colocado “como alienação da vida”. Encara-se o campo por uma ótica produtivista, imediatista e focada no aspecto técnico-produtivo, sem a devida atenção aos processos de desenvolvimento rural. Desvalida-se o conhecimento popular enquanto matriz geradora de ciência, aparta-se o “saber” (*teoria*) do “fazer” (*prática*), atribuindo a cada um destes aspectos distinções de relevância e status na sociedade. Esta exclusividade da ciência oficial induz a uma marginalização de outras concepções e formas de pensar a vida, não admitindo percepções para além do pacote científico e tecnológico facultado pela ordenança do capital (FEAB, 1986; FAEAB; FEAB, 1987; AGUIAR, 2010). Esta dinâmica ocorre em detrimento de uma perspectiva de Universidade enquanto espaço aberto e impulsionador de uma ciência não dogmática, propícia ao questionamento, à análise, à reflexão, aos debates críticos e ao exercício do livre pensar, bem como ambiente para orientação de pesquisas e para a realização de estudos técnicos e tecnológicos voltados ao bem comum, com possibilidade de interlocução entre as diversas áreas do conhecimento e com as mais diversas origens sociais do saber, horizonte este negado pelos cânones teórico-filosóficos da ciência oficial, que costuma marginalizar cosmovisões e abordagens pedagógicas outras.

As universidades sempre estiveram comprometidas com o Agronegócio e a classe patronal, o que as leva a um distanciamento com relação ao seu multifacetado meio geográfico e sociocultural circundante. As entidades de ensino, em especial quando nos referimos às universidades públicas, não costumam dar a devida atenção à função social nas pesquisas e ações por elas desempenhadas, perdendo-se de vista seu papel crucial na conformação do tecido social.

Diante desse cenário, estudantes e professores que detectavam essas incongruências passaram a se organizar e se articular para debater, contestar e pautar mudanças nestes padrões vigentes. Maria Virgínia de Almeida Aguiar (2010) arrisca na suposição de que os

estudantes e alguns docentes foram os precursores nas discussões acerca da inserção da Agroecologia na educação formal a partir da década 1980. Neste sentido, visando a retomada da ciência enquanto bem comum e realmente ao serviço da sociedade, passam incentivar uma abordagem científica transdisciplinar e portadora de uma visão sistêmica e integrada sobre o desenvolvimento rural, englobando saberes e conhecimentos de proveniências diversas, dialogando modos de vida populares e tradicionais com diferentes abordagens científicas, desde a perspectiva da Ecologia, das Ciências Humanas e Sociais, da área da Saúde, Educação, entre outras. Todavia, o direcionamento das instituições de ensino superior para o atendimento das expectativas tecnocráticas e industriais condicionaram os grupos de estudos alternativos a vivenciarem grandes adversidades para conseguirem realizar pesquisas e obter bolsas de estudos e outros auspícios (FEAB, 1986).

Centros Acadêmicos e grupos de estudos, pesquisas e práticas agroecológicas, compostos por universitários em coordenação com a FEAB, têm fomentado e mantido o debate sobre a Agroecologia nas instituições de nível superior. A partir da composição de espaços formativos e práticos, como os Núcleos de Trabalho Permanente (NTPs) em Agroecologia, Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIVs) e da realização de eventos como os já citados EBAAAs, encontros regionais dedicados à agricultura alternativa, tal como, mais recentemente, pela realização do Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA), entre outros ambientes formativos, deliberativos, articulatórios e de convergência, tem-se impulsionado e mantido os debates a respeito da Agroecologia no âmbito das universidades (AGUIAR, 2010).

A partir dos espaços da FEAB os Grupos de Agroecologia passaram a se articular com o intuito de pautar algumas demandas, tais como a realização de encontros e cursos de capacitação e formação e o estreitamento das relações com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). No ano de 2007, quando o NTP de Agroecologia foi assumido pelo Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica (GEAE/UFPR), deram-se prosseguimento nestas pautas, incluindo diálogos a respeito da convocação de um encontro nacional destinado aos grupos de agroecologia (VON WAGNER FAGUNDES; ANTONINO FARGNOLI, 2011).

I ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA²

Encontros e instâncias dedicadas aos debates a respeito da Agroecologia já vinham sendo realizados, como as reuniões entre os GAs durante os CONEAs (Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia), mas como geralmente eram organizados por entidades de classe, como por exemplo a FEAB, os eventos limitavam-se em abarcar majoritariamente estudantes da área das ciências agrárias e correlatas. A construção do I Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) foi fruto de um longo processo de discussões entre os GAs por meio da FEAB e seus espaços, que enxergavam a necessidade da constituição de um encontro de abrangência nacional no qual dispusessem de autonomia e que proporcionasse o estabelecimento da relação entre os grupos agroecológicos e os movimentos sociais, a troca de informações e experiências, possibilitando um espaço propício à articulação entre as organizações, bem como o estabelecimento de uma rede que viabilizasse a perpetuação destas articulações, a interação e o intercâmbio entre estes agrupamentos. Neste sentido, intencionava-se criar um espaço formativo diferenciado aos participantes, que pudesse contribuir e reverberar subsequentemente em ações e discussões no retorno às suas universidades de origem, de maneira a estimular a reflexão e formulação de alternativas tanto no âmbito da formação profissional, como cidadã e em sua inserção enquanto agentes sociais; outra intenção era a de que, por meio das diversas atividades oferecidas neste encontro (dentre elas vivências, trocas de experiências, plenárias, oficinas, palestras, mutirões, grupos de trabalho, grupos de discussão), se fomentasse a integração cultural e o diálogo acerca da realidade vivenciada pelos diferentes grupos de agroecologia espalhados pelo país, proporcionando a realização de um diagnóstico acerca da atuação dos mesmos. Outra questão que se pautava era a inserção e a ampliação da participação dos estudantes, agricultores, quilombolas, faxinalenses, indígenas e movimentos sociais (como a Via Campesina e o MST) nos congressos e eventos agroecológicos.

A realização do I ENGA foi um marco para o movimento agroecológico inserido no meio acadêmico, em especial para os Grupos de Agroecologia, que careciam de um espaço

² Para a redação desta parte utilizei como referência um documento denominado *Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia/Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil* que contém repasses e informações a respeito do histórico e conjuntura que envolve o evento e a REGA Brasil. Tal documento foi elaborado e compartilhado por Alessandro Von Wagner Fagundes, que foi integrante da FEAB e do Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica (GEAE – UFPR), protagonizou a construção do I ENGA e foi grande entusiasta na constituição de uma articulação nacional dos grupos de agroecologia.

plural e multifacetado no qual pudessem se expressar e exercer sua autonomia. Aproveitando a confluência proporcionada por ocasião da realização do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e do II Congresso Latino Americano de Agroecologia (CLAA) em Curitiba, o encontro ocorreu em paralelo com os eventos que aconteceram em novembro de 2009. Várias atividades de formação e preparação antecederam o I ENGA, com a intenção de habilitar a Comissão Organizadora (C.O.) do evento. Esta fase preparatória, que foi executada pelo GEAE e pela FEAB, durou 18 meses e incluiu um *Programa de Capacitação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável* inaugurado por um curso de capacitação realizado em maio de 2008. Neste período preparatório várias atividades aconteceram, com destaque para a reunião entre GAs de diversas localidades e regiões brasileiras, construída pelo Grupo Agroecológico IARA/UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia) que conduzia o NTP de Agroecologia da FEAB, reunião esta que se deu no Fórum Social Mundial (FSM) de Belém em 2009 e que tinha como temas principais o ENGA e o VI CBA/II CLAA – tal reunião superou as expectativas, recebendo mais de 100 pessoas; o II Curso Nacional de Formação em Agroecologia (CFA), momento fértil para o desenvolvimento das discussões acerca de um projeto nacional para o encontro, contando com a presença de vários representantes de executivas de curso e Grupos de Agroecologia, bem como de alguns componentes da C.O. do I ENGA (COENGA); os dois Pré-ENGAs (Seminários de Construção do ENGA), um deles em Seropédica/RJ e outro na Escola Latino-Americana de Agroecologia na cidade Lapa/PR.

O I ENGA foi construído com a cooperação de GAs da UFPR e da PUC-PR, da FEAB, da ABEEF (Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal) e da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)/Via Campesina, e contou com a presença de mais de 500 pessoas. De acordo com Fagundes; Ladeira; Oliveira (2013) o encontro teve “algumas limitações, principalmente relacionada à maturidade de um primeiro espaço desse caráter, os grupos se apropriaram pouco dessa ferramenta, levando à percepção de um descompasso”. Ou seja, apesar de ser um marco para o movimento agroecológico, particularmente para as organizações que atuam no contexto do ensino superior, faltavam acúmulos sobre as intencionalidades, potencialidades e desafios de um espaço como este. Entre os descompassos a se considerar está a insuficiência organizativa por parte da COENGA e o certo esvaziamento e desinteresse pelos espaços de plenária, debate e

articulação, ao passo de uma maior propensão, por parte dos participantes, a momentos lúdico-culturais.

SÍNTESE DESDE O I ENGA AOS DIAS ATUAIS

O II ENGA, que aconteceu em Aldeia Velha/RJ no ano de 2010, apesar de “mais reduzido e despolitizado” devido aos descompassos supracitados, apresentou uma efervescente carga de vivências, oficinas, atividades lúdicas e culturais junto a comunidade local. Mesmo com fatores limitantes e suscitando controvérsias, pela crença por parte de algumas pessoas de que não seria um momento propício e de suficiente consolidação político-organizativa, a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA Brasil) foi criada nesse segundo encontro, possuindo adversidades, porém, em se radicar entre os GAs, tal como na composição de uma estrutura organizativa que desse conta das pautas comuns, calendário, campanhas e ferramentas comunicacionais. Nesse período ainda não estava claro para a maioria dos envolvidos a função e a relevância da constituição e consolidação de uma estrutura organizativa como uma rede, sendo que ela acabava por ser levada “na esfera de indivíduos ou de uma pequena vanguarda nem sempre ativa nos GAs” (FAGUNDES; LADEIRA; OLIVEIRA, 2013).

A Rede foi criada para fortalecer as interações e perpetuar os intercâmbios e articulações decorrentes dos encontros. Ela está em pleno processo de construção e amadurecimento e, assim como o encontro, surge como mais um ponto de convergência entre os coletivos que praticam e pesquisam temas relacionados com a Agroecologia e com o intuito de melhorar a interação entre os mesmos, possibilitando o compartilhamento e a propagação de ideias, informações, práticas, iniciativas, experiências metodológicas, apoio-mútuo e aprendizagens coletivas. A REGA Brasil vem ampliando sua abrangência de público, intencionando acolher pessoas inseridas em diversas áreas do conhecimento e que atuam tanto dentro como fora do meio acadêmico.

O Encontro e a Rede inspiram-se em padrões horizontais e autogestionários de atuação, relação e organização social. Outra característica marcante, e desafiadora, de suas dinâmicas são os processos deliberativos baseados na democracia direta. Da mesma maneira desafiadora é a busca por se atingir decisões a partir de consensos por meio dialogal, sem que se abdique da polêmica e da *divergência*³, da busca por uma convergência

³ A divergência é uma manifestação da **diversidade**, **pluralidade** e da **variedade** de perspectivas, aspectos estes fundamentais para qualquer organização que se pretenda agroecológica. As polêmicas, ressalvas e diferentes opiniões nos tiram da estagnação infértil, podendo nos levar à importantes reflexões e ao aprimoramento dos debates, experiências e aprendizagens coletivas.

que respeite e valorize o dissenso, elemento este essencial para avanços, aprimoramentos e a qualificação de debates e de atuações político-organizacionais.

O III ENGA se deu paralelamente ao VII CBA em Fortaleza no ano de 2011. Mesmo tendo um fecundo pré-ENGA, ocorrido em Matinhos/PR, o evento sofreu um processo de descontinuidade em sua construção, não tendo este pré encontro recebido representantes de GAs de Fortaleza bem como não tendo suas construções e deliberações utilizadas devido à ineficácia nos repasses à comissão organizadora cearense. O III ENGA representou o auge de um movimento de refluxo desde a euforia do I ENGA. Tendo sido organizado a distância e com pouca inserção e apropriação por parte da comissão organizadora a respeito do encontro e suas propostas, ela acabou por garantir a infraestrutura, todavia sendo pouco propositiva no sentido político-pedagógico. Ao seu final o local para o próximo evento ainda não havia sido definido (FAGUNDES; LADEIRA; OLIVEIRA, 2013). A intenção de dar continuidade nas avaliações e nos processos de fortalecimento da Rede e de delinear formas para que o IV ENGA acontecesse impulsiona os GAs a compor um espaço da REGA Brasil na Cúpula dos Povos, que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 2012. Alguns membros da rede no Rio de Janeiro se mobilizaram para arranjar um local para a realização de uma Feira de Troca de Sementes Crioulas, conseguindo um espaço no “Territórios do Futuro”. Na ocasião realizou-se uma Assembleia que se constitui em outro marco para a REGA Brasil, na qual houve uma forte confluência e a reaproximação de alguns grupos que haviam se distanciado, dentre eles alguns coletivos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que se propuseram a erigir o IV ENGA. O quarto encontro aconteceu neste mesmo ano e apresentou uma retomada em espaços politizados e propositivos, e igualmente reavivou as motivações que levaram os grupos a se articularem ainda no contexto dos espaços propostos pelas executivas de curso. Dentre as deliberações do IV ENGA, outro espaço foi proposto para que se pudesse pensar a REGA, sua composição, identidade, metodologias e organicidade, bem como para elucidar a intencionalidade da Rede que ainda não era clara para muitos, por conseguinte sendo proposta a realização de um seminário interno que acabou por ser denominado *Sementário da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil*⁴ que

4 Outra característica que podemos identificar nos ENGAs e na REGA é a ludicidade e criatividade emanada pelos seus integrantes. Por este motivo é que correntemente se notarão expressões, neologismos e manifestações que demandarão de seu intérprete o mesmo “jogo de cintura”, flexibilidade e criatividade interpretativa da demandada pela poesia. Com relação ao neologismo Sementário, criado por ocasião do I Sementário da REGA Brasil: “[...] percebemos que o que idealizamos não é um Seminário de caráter expositivo, onde as pessoas chegam e um grupo organizador já tenha resolvido tudo. O que queremos é um **Sementário**,

ocorreu pela primeira vez em junho de 2013, organizado por GAs cariocas (FAGUNDES; LADEIRA; OLIVEIRA, 2013).

A questão da aproximação e articulação com outras organizações, como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), começou a se dar a partir do IV ENGA de Viçosa, sendo desde então ampliada. Duas relevantes ocasiões para celebrarmos estas aproximações foi a construção conjunta do V ENGA e do VIII CBA de Porto Alegre em consonância com a ABA, tal como do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido em Juazeiro na Bahia no ano de 2014, em conjunto com a ANA. Com relação ao V ENGA, esta construção conjunta foi de extrema importância, já que a busca por uma maior aproximação e inserção junto à ABA para a construção do CBA, com a realização do ENGA conjuntamente e não em paralelo, já era uma pauta antiga.

Outras atividades importantes mobilizadas pela Rede são as campanhas, dentre elas: o *Maio Agroecológico*, que são ações e intervenções agroecológicas executadas simultaneamente pelos GAs no mês de maio; o *Plante o ENGA/Sementário*, que é o estímulo às organizações que compõem a rede para que cultivem os alimentos e sementes os quais compartilharemos em espaços como o ENGA e o Sementário ou outros eventos agroecológicos que marquemos presença enquanto organização, ou para que acessem e levem mantimentos provenientes da agricultura familiar camponesa ou dos povos tradicionais de cada região, desta forma ampliando e demonstrando a variedade biológica e cultural presente nas diferentes localidades nas quais os grupos estão inseridos; as *Caravanas Agroecológicas*, que é uma dinâmica de mobilização solidária visando o apoio mútuo entre as organizações para viabilizar a carona rumo aos espaços e eventos agroecológicos; a *Feira de Sementes Crioulas*, que proporciona um profícuo espaço para intercâmbios e o estabelecimento de contatos, sendo a questão das sementes crioulas um dos temas carro-chefe da organização, partindo da reflexão a respeito de sua importância enquanto elemento e símbolo do acúmulo histórico dos povos, para sua soberania e diversidade cultural, essencial para a autonomia produtiva e para o assecuramento de sua reprodução social.

um encontro aonde a micorriza do solo carioca torne possível o momento ideal para que, com as sementes de todo o Brasil, **germine autonomia e proatividade em coletividade.**" (REGA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A REGA Brasil e seus encontros estão em pleno *processo* de constituição e maturação – de forjamento identitário, metodológico e organizacional. Ao mesmo tempo em que a Rede se constitui, paralelamente tem que lidar as contradições do mundo e com um processo de contestação e desconstrução com relação à estruturas socioculturais, éticas e econômicas ortodoxas que nos circundam e nos fundamentam, assim como tem que lidar com a desconstrução pessoal e subjetiva por parte dos seus integrantes, desta maneira conformando um amplo, profundo e complexo decurso de aprendizagem e transformação. Outra questão que faz parte dessa complexidade é a intenção de promover o diálogo e a constituição de uma rede nacional, com a mega diversidade de atores e realidades que compõe o Brasil, país este de enormes proporções, tanto geográficas como de problemáticas socioambientais. No sentido da constituição da rede, destaco a importância do **processo** que, não por acidente, numerosamente é mencionado ao longo do trabalho. Naturalmente que o processo, enquanto modo de se fazer alguma coisa, contem o gérmen das consequências que se seguirão, ou seja, na consecução, ou não, de determinadas intenções e objetivos. Processo enquanto ato forjador e ressignificador da realidade. Sendo assim, é fundamental que os métodos de estruturação, atuação e relação na organização coerentemente demonstrem os propósitos que se almejam alcançar.

Uma característica marcante da organização é a presença da juventude. Juventude, porém, não somente como faixa etária, mas posicionamento político. Existem jovens de tenra idade, assim como jovens mais experientes e maduros de sessenta anos. Neste contexto, juventude quer dizer o contrario de conservadorismo, quer dizer abertura para se colocar à prova, ter autocrítica, disposição para a desconstrução de hábitos, valores, preconceitos e para o dialogo e a mudança – para o novo, renovação. Renovação nos traz à tona os processos de perpetua impermanência e a mutação que guiam as dinâmicas naturais, manifestando a intenção da rede em estar conectada às dinâmicas ecológicas.

É interessante notar a capacidade que possuem os ENGAs de reunir e possibilitar o diálogo de pessoas das mais diversas origens e de distintas áreas do conhecimento e de atuação; a incidência de encontros e diálogos entre pessoas das mais variadas localidades, profissões, concepções e matizes político-ideológicas, faixas etárias e realidades

socioeconômicas, confluências estas que dificilmente se dariam devido à estas mesmas diferenças de abordagem e cosmovisões recém citadas. Este fato proporciona uma efervescente, rica e profícua interação e compartilhamento de saberes, fenômeno este que pode ser verificado em poucos outros espaços. Considero esta capacidade de diálogo com a diversidade um grande potencial da REGA e seus eventos e da Agroecologia como um todo. A partir do diálogo e da convivência podemos desenvolver a empatia, a alteridade e a compreensão, necessárias à solidariedade, requisito este tão difícil de impulsionar em uma sociedade fundamentada na competitividade e no individualismo. Neste sentido, almeja-se enfatizar a diversidade sociocultural e biológica e colocar a cooperação como fatores de força, resiliência e sustentabilidade.

Com o presente trabalho espero poder colaborar para os debates no Movimento Agroecológico, em particular os relacionados ao âmbito universitário e seus espaços de resistência: os Grupos de Agroecologia; notabilizar a relevância histórica dos GA's enquanto pioneiros e protagonistas na edificação, no fomento e na difusão da agroecologia no meio universitário. Os grupos e coletivos agroecológicos trazem consigo oxigenação e pluralidade, ampliando possibilidades conceituais, reflexivas, de aprendizagem e de perspectivas, construindo possibilidades em oposição à hegemonia e à "monocultura de saberes" que imperam na academia. Encaro as experiências e conhecimentos acumulados pelos Grupos de Agroecologia, assim como as que vem sendo gestadas nos ENGAs e pela REGA, como possíveis contribuições para debates acerca da educação em agroecologia, para as recém implantadas políticas públicas dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs), para os diversos cursos de graduação de caráter interdisciplinares, e particularmente os de agroecologia, que estão surgindo e estão em desenvolvimento. Outra questão que almejo trazer à tona e oferecer subsídios reflexivos é sobre o sentido e o porque da educação universitária. Qual tem sido seu objetivo e suas consequências? Se faz necessário pensarmos a função social da universidade, sobretudo a pública, e compreendermos os interesses envolvidos e os procedimentos utilizados em sua apropriação por parte da lógica capitalista, tecnocrática e da iniciativa privada que direciona o ensino superior à formação de profissionais e "mentes de obra" que meramente viabilizarão o desenvolvimento de segmentos industriais e mercantis, carentes de percepção de responsabilidade e retribuição social dos conhecimentos que adquirem, em detrimento de uma ciência e de um espaço

educativo autônomo e emancipatório que proporcione o questionamento, o livre pensar e o fazer científico em prol de uma sociedade fundamentada no bem viver e no bem comum. Nesse sentido, a dimensão política, enquanto promotora do debate acerca da vida pública, é essencial a ser considerada para que, de fato, estejamos construindo Agroecologia.

A partir deste trabalho quis salientar a necessidade e a importância do resgate histórico afim de compreendermos e avaliarmos o presente para então planejarmos a atuação que construirá o amanhã. Afinal, as coisas não são do jeito que são por uma fatalidade, mas devido a um complexo de acontecimentos pretéritos que envolvem interesses diversos e conflitos, sem a compreensão dos quais não podemos ser radicais (no sentido de ir na raiz da questão, ou seja, de termos aprofundamento) em nossas análises afim de termos a consistência necessária para atuarmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. Educação em Agroecologia – que formação para a sustentabilidade?. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p. 4-5, dez. 2010.

ALMEIDA, Jalcione (Org.). A Modernização da Agricultura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista do programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Curitiba, n. 6. p. 11-28.jul./dez. 2002. Editora UFPR.

BUSTOS, Casilda Rodrigáñez. La Sexualidad y el funcionamiento de la dominación – para entender el origen social del malestar individual. La Rebelión de Édipo, 2ª parte. La Mimosa, 2008. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/casildarodriganez2/home/la-sexualidad-y-el-funcionamiento-de-la-dominacion>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAGUNDES, A. V. W.; FARGNOLI, C. A.. A trajetória do movimento estudantil na construção da agroecologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 7., 2011, Fortaleza. Resumos... Fortaleza: ABA, 2011.

FAGUNDES, Alessander V. W.; LADEIRA, Isabela F. S.; OLIVEIRA, Lara A.. O processo de organização dos grupos de agroecologia no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre. Resumos... Porto Alegre: ABA, 2013.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO BRASIL;
FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL. Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Cuiabá: [s.n.], 1987.

FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL. Anais do I Seminário Regional de Agricultura Alternativa. Lavras: [s.n.], 1986.

GOMES, João Carlos C.; ASSIS, William Santos de (Ed.). Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

HESPANHOL, A.N. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., São Paulo, 2008.

IAMAMOTO, André T. V.. Agroecologia e desenvolvimento rural. 2005. Dissertação (Mestrado Recursos Florestais) - Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba.

JESUS, Eli Lino de. **Os cursos formais de Agroecologia no Brasil: breve reflexão sobre a sua evolução e a necessidade do reconhecimento da profissão e do profissional da Agroecologia.** Artigo apresentado no I Seminário Nacional sobre Educação em Agroecologia, Recife, 2013.

JESUS, Eli Lino de. Da Agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais. **Agricultura Sustentável Jaguariúna**, v. 3, n.1/2, jan/dez 1996.

REDE DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA DO BRASIL. Chamado I Sementário da REGA, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<https://regabrasil.wordpress.com/sementarios/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Outras Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Trad. P. Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

CARROLL, C. R.; VANDERMEER, J.H. And ROSSET, P. Agroecology. New York: MacGraw-Hill, 1990. 641 p.

GLIESSMAN, S.R. (ed.) Agroecology: Researching the Ecological Basis for Sustainable Agriculture. Ecological Studies Series no. 78. New York: Springer-Verlag. 1990.

OLIVEIRA, Lara A.. Sementário da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre. Resumos... Porto Alegre: ABA, 2013.

ANEXO I

Sim, a Agroecologia é possível⁵

O VI Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia do Brasil (VI ENGA) realizado na Ecovila Tiba, no município de São Carlos (SP), entre os dias 12 e 16 de Novembro, marca um momento histórico para a articulação e engajamento dos Grupos de Agroecologia, Coletivos Autônomos, Projetos de Permacultura e demais organizações integrantes da Rede no cenário geral do Movimento Agroecológico Nacional.

O tema deste ano foi “Se-Mentes Livres, Re-Existência!”, valorizando os saberes e práticas de todos os seres que estão envolvidos no debate conceitual e na luta diária pela construção de uma nova realidade social agroecológica. Neste encontro avaliamos que conseguimos manter coerência entre discurso e a nossa prática, através de metodologias alternativas para a sua construção, reuniões preparatórias, vivências e mutirões no local e em outras regiões do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O encontro: pondo o discurso em prática

Foram 5 dias de intensa vivência e trabalho entre as mulheres, homens, jovens e adultos, mestres de todas as idades, além de crianças e animais num clima, ousamos dizer, mágico! Trocamos muitas experiências, conhecimentos, intensificamos nossos laços de fraternidade e solidariedade e agora voltamos para nossos territórios cheios de inspiração e confiança de que, em primeiro lugar: não estamos sozinhas/os e não somos tão poucos assim. Segundo, é possível fazer política e articular coletividades em torno de um projeto de sociedade com métodos autogestionários, horizontais, não hierárquicos e radicalmente democráticos. Em terceiro, o mais importante: o sonho não acabou, as utopias são possíveis e enquanto houver uma semente de esperança e braços dispostos, todo sonho pode vicejar em realidade no momento presente.

Durante o encontro, que chegou a contar com 700 pessoas, entre agricultores e moradores do município que vieram visitar, contamos com 100% de banheiros secos para atender os encontristas, um ponto importante de nossa proposta para o planeta. A água do encontro

⁵ Matéria disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2014/12/11/sim-a-agroecologia-e-possivel/>

veio em sua maior parte da chuva que foi captada numa cisterna construída nos encontros regionais que antecederam o evento, além da água do poço da propriedade e, em menor parte, tivemos auxílio de um caminhão pipa. Todos os produtos de higiene: sabonetes e shampoos artesanais, cremes e pós dentais naturais, foram especialmente produzidos pela Comissão Organizadora. Usamos o mínimo de energia elétrica, apenas para microfones, computadores, equipamentos de som e para alimentar a programação da Rádio livre que rolou durante todo o evento. O financiamento veio das inscrições, de doações feitas pelos Núcleos de Agroecologia e de estratégias de financiamento colaborativo entre integrantes da REGA-Brasil.

A alimentação do encontro foi em parte plantada na própria Ecovila Tibá além de contribuições trazidas de diferentes regiões pelos participantes, a maior parte foi adquirida da agricultura familiar regional e contamos com alimentos orgânicos e agroecológicos. Os agricultores presentes no encontro trouxeram sua produção como forma de troca já que sua inscrição foi gratuita e o alimento foi preparado coletivamente através de equipes formadas pelos próprios participantes que se revezaram também na manutenção dos banheiros, organização dos espaços e preparação das dinâmicas.

Aproximação com ANA e ABA: fortalecendo os elos dessa união

O aprofundamento das pautas nas plenárias levou à proposta de articular cada vez mais os elos dos grupos que compõem a REGA-Brasil, principalmente na temática da demarcação das terras dos povos indígenas e tradicionais, incluindo quilombolas e caiçaras. Através da proposta de um Seminário Nacional sobre Agroecologia e Povos Indígenas/Tradicionais, a Rede vai se dedicar a ampliar o diálogo que já vem sendo construído com os movimentos que compõe a ANA e a ABA, no sentido de valorizar o reconhecimento de que os territórios tradicionais também são territórios agroecológicos. Nossa campanha nacional, o “Maio Agroecológico”, foi levantada como uma das principais estratégias para dar visibilidade às nossas experiências e pautas, assim concentramos no mês de Maio nossos esforços para construir diversas atividades e iniciativas disseminadas pelos grupos nos territórios do país.

Políticas públicas, estratégias de comunicação com a sociedade e pautas para o próximo período

Sobre o debate crítico às Políticas Públicas, caminhamos no sentido de propor uma rede de experiências de base, em que a descentralização dos recursos da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) seja possível através de Pontos de Agroecologia, no qual organismos de base possam ser protagonistas da organização e gestão de seus projetos e recursos. Também dialogamos sobre o impacto das políticas do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), entendemos que há necessidade de desburocratização desses importantes programas de acordo com as práticas e necessidades dos movimentos de agricultores e organizações parceiras que as realizam não perdendo de vista o patente avanço que essas políticas representam no campo da Agroecologia no Brasil.

No caminho de construção de uma sociedade justa, sustentável e viável, vemos a Reforma Agrária como um ponto central, a Educação Popular Emancipatória e a gestão dos recursos hídricos fazem parte dessa luta. Construímos espaços para o debate e construção da igualdade nas relações de gênero, avançamos no tema da descriminalização da Cannabis, que não deve ficar fora dos resumos, e reafirmamos nosso apoio aos movimentos de ocupação rural e urbana, pelos direitos dos animais, democratização dos meios de comunicação, desmilitarização da polícia, parto humanizado e da luta LGBTQI. Nos posicionamos contrariamente aos projetos de lei e investidas das empresas e conglomerados multinacionais do ramo sementeiro e biotecnológico contra os direitos das/os agricultoras/es ao acesso à agrobiodiversidade e contra quaisquer iniciativas que minem a autonomia e soberania dessas/es sobre as suas sementes livres.

Para nós da REGA, a Agroecologia, é um movimento que engloba todas essas lutas que estiveram tão presentes nos debates do Encontro. Vemos a Agroecologia como um projeto para toda a sociedade, seja urbana ou rural, incluindo as formas de viver dos indivíduos em um processo que se dá no tempo e no espaço e implica comprometer-se com o Todo – A Sociedade; e com a parte – Cada Ser.

E sabem de uma coisa? É POSSÍVEL!

REGA Brasil
Primavera de 2014

ANEXO II

CARTA ABERTA DO VII ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA

Chegamos na terra de Belo Monte e Eldorado dos Carajás – localidade onde ocorreu o massacre à camponesxs, que anualmente lembramos e lutamos no dia 17 de Abril, o Dia Internacional da Luta Camponesa. Terra de tantas Marias e Joãos historicamente submetidxs, marginalizadxs e chacinadxs. Amazônia, última fronteira ao avanço Civilizatório/Patriarcal e Capitalista que subjagam, dominam, matam e exploram. A lógica da usurpação – mineração e agronegócio, extração de matéria-prima e exploração dos saberes e a mão-de-obra local, os infindos e exaustivos ciclos de miséria e escassez generalizada. Fundamentos políticos nefastos que se impõem historicamente a ferro e fogo e que se arrastam há milênios com sua mentalidade hierárquica – proprietária/patrimonial - classista restritivas. Estes são alguns esboços dos desafios que se colocam para a atuação e articulação no amplo território paraense (e amazônico), que ainda apresentam problemáticas em comum com as lutas travadas em outras territorialidades.

Semear a liberdade, autogerir, assumir a responsabilidade coletiva, questionar e desconstruir paradigmas e arregaçar as mangas para construir um todo que acolha, respeite e aprenda com a diversidade. Refletir, re-significar o olhar acerca de como as coisas podem ser nesse mundo, perceber nossos padrões, escolher e re-existir. O ENGA é um encontro construído pela Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil – REGA Brasil, uma rede que nasce de pessoas e grupos que praticam a Agroecologia e, a partir de uma tomada de consciência, percebem que se ver nx outrx pode fazer a diferença para forjar o mundo que acreditam, fortalecendo assim a construção desse movimento de transformação. O processo de construção do evento, bem como a dinâmica da rede, é uma forma da REGA materializar seus objetivos, de incentivar a emancipação e a autonomia do ser humano de qualquer forma de dominação e opressão que os tabus alimentados milenarmente pelo Patriarcado, que modernamente se manifesta via Sistema Capitalista, têm exercido na sociedade.

A partir da dedicação em estabelecer um diálogo mais próximo com as comunidades locais afim de compreender e dar visibilidade a suas principais pautas, foi com muita gratidão que recebemos em nossa geodésica de bambu, construída dentro do Hangar, o Território das Juventudes e espaço do ENGA junto ao IX CBA, sentadxs em roda, olhando olho no olho, representantes dessas comunidades para debater Territórios e Territorialidades, Gênero e Feminismo e Racismo Religioso. Os diálogos foram realizados com as lideranças de povos da floresta, erveiras, mulheres empoderadas, feirantes, movimento negro e agricultoras da reforma agrária baseando-se nas principais demandas e conflitos destxs agentes locais.

É evidente a percepção desses agentes quanto às limitações na relação com o Estado, fazendo com que priorizem a ação direta através da auto-organização coletiva.

Percebe-se uma tendência de radicalização na luta através de estratégias mais combativas na defesa dos bens comuns socioambientais sendo que a luta institucional aparece como uma ferramenta complementar na conquista de suas pautas.

Reconheceu-se a necessidade do enfrentamento ao machismo dentro dos movimentos sociais e dificuldades com os próprios companheiros de luta, incluindo a violência doméstica em diversos níveis.

Apesar da alegria e do brilho dos nossos olhos o tempo é de profunda tristeza. Os povos originários do Brasil não só estão – propositalmente – esquecidos, mas são massacrados. Precisamos discutir e pensar em estratégias imediatas para garantir a sobrevivência dos povos que visceralmente fazem agroecologia, como por exemplo os Guarani-Kaiowa, que com seu sangue tem resistido em defesa da Mãe Terra. Sim, a força dos povos originários está aqui presente, mas muito ainda temos que avançar, enquanto Movimento Agroecológico, na aproximação com as questões indígenas, que ainda são muito incipientes. As diferentes comunidades tradicionais do Brasil são destruídas pelas estratégias empresariais que as colocam como meros refugos dos recursos naturais, sem consciência e direitos. Denunciamos aqui a perpetuação do projeto fundamentalista cristão repaginado hoje nas igrejas pentecostais, braço ideológico do neoliberalismo, que devasta e demoniza nossas raízes culturais. Exemplificamos os ataques sistemáticos e a desterritorialização dos Povos de Terreiros, Povos Amazônicos, Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Caiçaras, Ribeirinhos e Extrativistas que, sim, são invisibilizados enquanto atorxs que enraízam, cultivam e criam em sintonia com a Mãe Terra. Enfatizamos a importância de uma maior presença Indígena, dos Povos da Floresta, dos Povos dos Maretorios*, Povos de Terreiro, Movimento Negro, Erveiras, Camponesxs, entre outras identidades, nos espaços acadêmicos e técnico-científicos como o CBA e nos de construção das políticas agroecológicas, pois sem estas vozes não podemos dizer que estamos edificando a Agroecologia. É necessário que pensemos, discutamos e, principalmente, executemos estratégias imediatas para garantir os direitos territoriais, a soberania alimentar e a diversidade étnico-cultural desses povos.

Não haverá Agroecologia sem que reconheçamos nossas raízes e ouçamos as vozes de quem sempre a viveu cotidianamente.

Celebramos os avanços metodológicos do CBA, assim como mais esta construção conjunta e complementar junto ao ENGA e à REGA Brasil. Desde a realização do I ENGA em Curitiba, em 2009, a relação dos ENGAs com os CBAs, quando simultâneos, tem sido forjada conforme amadurecemos as identidades de cada um dos espaços. De forma semelhante, temos percebido avanços importantes nos CBAs, a exemplo das apresentações de trabalhos virem se consolidando como espaços mais dialógicos e plurais, bem como o próprio reconhecimento e exercício dos ENGAs enquanto espaços de (re)construção dos

conhecimentos e das práticas agroecológicas, todavia ainda temos muito o que avançar para uma maior integração entre ambos os eventos, assim como entre as diferentes organizações – ABA e REGA, bem como há muito o que fazer, uma vez que os espaços, os processos e as dinâmicas pelos quais o evento tem sido realizado expressam muito sua intenção e forma, manifestando sua abertura ou não para diferentes coletividades e sua potencialidade ou limitação para reais transições agroecológicas.

Com intenção de dialogar, afinar perspectivas de atuação e de trocar experiências, diferentes setores da juventude que compõem o campo agroecológico nacional estiveram juntos em uma roda de prosa com o tema "Juventudes e Agroecologia: desafios ao protagonismo Juvenil", um momento importante para a REGA em que buscamos aprender com as outras organizações da juventude e compartilhar nossos acúmulos organizativos, dialogando, assim, nossas perspectivas políticas. Hoje a REGA é responsável pela gestão do GT Juventudes da ABA e nessa roda de conversa pudemos dialogar a ocupação desse espaço como uma estratégia de articulação e atuação conjunta - porque somos Futuro, mas antes, e como um primeiro entendimento compartilhado, afirmamos: **as Juventudes são o Presente!**

No tocante às políticas públicas, defendemos os Pontos de Agroecologia como uma proposta da REGA para a democratização e descentralização da gestão da II PLANAPO, o que para nós se configura em ação de empoderamento das pessoas e coletivos informais que cotidianamente constroem a agroecologia nos mais diferentes territórios do campo e da cidade. Com relação à nossa atuação, damos destaque às campanhas da REGA que são as principais estratégias de articulação e mobilização em rede durante todo o ano, são elas: o Maio Agroecológico, o Plante o ENGA, as Caravanas Agroecológicas, as Micorrizas, as Feiras de Trocas de Sementes Crioulas e o apoio a Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos e pela Vida.

Compreendemos que o convite para uma maior contribuição da REGA para a organização do CBA 2017 já expressa que a construção mais integrada de ambos os eventos é uma vontade compartilhada. Desse modo, queremos dialogar no intuito de somar forças para trabalhar na prática essas contradições e amadurecer a identidade de cada um sem interferir em nossa autonomia. Nesse contexto, firmamos aqui o convite para a Transição Agroecológica do X CBA em Brasília rumo ao bem viver.

Reunidos também no acampamento do VII Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia, no Campus da UFRA na área do grupo IARA, cerca de 400 participantes celebramos juntos outras formas de conviver, compartilhar e se relacionar. Em nossos encontros buscamos ao máximo coerência entre nosso discurso e prática e damos ênfase em viabilizar recursos financeiros por meio do autofinanciamento. Diante do contexto desafiador que se apresentou infelizmente não conseguimos manter uma proposta praticada

nos encontros da Rede que é o de nos alimentarmos da produção local e agroecológica. Nossa estratégia de superação foi então buscarmos alimentos por meio da prática do *carapirá** no CEASA, reduzindo, mesmo que minimamente e de forma pontual, o desperdício. Participantes do encontro se organizaram diariamente de maneira rotativa para coletar os alimentos de madrugada e para o preparo das refeições servidas no encontro. Os produtos de higiene artesanais utilizados no espaço do acampamento foram fabricados com bases ecológicas, sendo disponibilizados sabonetes, pó dental e repelente para todos os participantes. Os resíduos gerados foram tratados com a utilização de banheiros secos, além da separação dos recicláveis e compostagem dos resíduos orgânicos. Vivenciamos momentos de intensas trocas, aprofundamos e compartilhamos nossas reflexões, dentre elas o não acesso da juventude negra se refletindo na estrutura da REGA, onde tanto nas plenárias quanto nos espaços de discussão, a maior parte dos negros e negras presentes no espaço se encontravam figurados em fotos que ornamentavam a geodésica. Na tentativa de quebras de tabus, na expressão máxima do ser coletivo, compartilhamos espaços mistos de banho com a lua cheia. Dessexualização*** dos corpos, questionamento e desconstrução na prática de valores, moral e costumes impostos: juntos contemplamos o eclipse lunar e intensificamos ainda mais nossos processos reflexivos e de transformação coletiva.

Por fim, temos consciência dos desafios que nos são apresentados, numa sociedade profundamente marcada pelas relações regidas por uma governança pautada na representatividade verticalizada, da qual ainda estamos dependentes e reféns. Esperamos que o encontro proporcione um espaço formativo e um laboratório e incubador para a experimentação de práticas sociais e organizativas outras e que essa vivência reverbere nas pessoas e coletividades agroecológicas em suas práticas cotidianas e alavanque as mudanças que desejamos construir no mundo.

Saravá mamãe xoxota!!!

Belém do Pará, 01 de outubro de 2015
REGA Brasil (Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil)

* Denominação que os comunitários de RESEX dão aos territórios marinhos

** Expressão regional para xepa ou recicle, ou seja, o aproveitamento e a re-ciclagem dos alimentos que seriam jogados fora em feiras, CEASA, mercados, etc.

*** Questionamos inclusive o conceito vigente de sexualidade que possui uma compreensão restrita meramente à reprodução, às genitálias e ao coito. Reivindicamos uma compreensão mais abrangente de sexualidade, que envolva o sistema corporal como um todo, incluindo suas pulsões, a libido e a bioenergia em interação com nossos sentimentos, emoções, afetos e as diferentes formas e âmbitos de relação social.